



Índice

- 01** Grupo de índios se concentra diante do Ministério da Justiça
- 02** Índios em pé de guerra no Brasil
- 03** "Quase todos temos sangue índio correndo nas veias"
- 04** Índios em pé de guerra no Brasil
- 05** CNBB e Cimi cobram diálogo do governo com índios e recusam reunião com Gleisi
- 06** Governo brasileiro diz que respeitará direitos dos índios mas "sem abrir mão" da construção de grandes obras
- 07** Fazendeiros querem R\$ 1 bilhão para entregar terras aos índios no Estado
- 08** A nova cruzada contra os índios
- 09** O índio e o descendente de índio
- 10** Índios contemporâneos
- 11** Mais de 98% das terras indígenas ficam na Amazônia Legal
- 12** Governo e quilombolas discutem Convenção 169 da OIT em Minas Gerais

Grupo de índios se concentra diante do Ministério da Justiça

SÍTIO G1, 11.06.2013

Cerca de 20 mundurukus pedem alimentação e transporte. Eles são parte de grupo de 150 que ocupou o prédio da Funai.



Índios tentam capturar carpas no espelho d'água do
Ministério da Justiça (Foto: Isaura Borba / G1)

Cerca de 20 índios mundurukus se concentraram na tarde desta terça-feira (11) na entrada principal do Ministério da Justiça. O grupo, que incluía crianças e mulheres, queria apoio para conseguir alimentação e transporte.

A secretária-executiva de Política Indígensta do ministério, Terezinha Gasparin, negociou com o grupo e ofereceu transporte, uma pousada onde receberiam alimentação e um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para levá-los de volta ao Pará.

O grupo que se concentrou no Ministério da Justiça é parte dos 150 índios da etnia munduruku que ocuparam na noite desta segunda-feira (10) o prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai). A ocupação se estendeu nesta terça (11) e paralisou as atividades do órgão.

Os integrantes do grupo recusaram a hospedagem oferecida pela secretária do Ministério da Justiça e afirmaram que vão se manter na sede da Funai, para onde iriam retornar no final da tarde. Segundo a secretária, a alimentação seria oferecida na Funai.

Quanto à proposta de volta para o Pará em aviões da FAB, um dos líderes afirmou que os índios não retornarão se não conseguirem se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa.

CONT.

Reivindicações

Os indígenas pedem para ser ouvidos pelo governo em consulta pública sobre os impactos ambientais de três empreendimentos: a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (Pará); hidrelétrica Teles Pires, no rio Teles Pires (Mato Grosso do Sul) e o Complexo Hidrelétrico de Tapajós, no Rio Tapajós (Pará).

O grupo de 150 índios chegou a Brasília na terça-feira da semana passada em dois aviões da Força Aérea Brasileira para se reunirem com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Eles entraram em divergência com o ministro ao ouvirem que, mesmo após consulta pública, o governo não pretende interromper a construção das usinas.

Carvalho afirmou nesta terça que a diretora interina da Funai, Maria Augusta Assirati, está em "negociação permanente" com os indígenas. A expectativa é de que eles deixem o local na manhã desta quarta(12), de acordo com o ministro.

"Maria Augusta está insistindo na negociação com eles para que eles desocupem a parte administrativa do prédio. De todo modo, está acertado com eles que eles saem amanhã [quarta] de manhã", afirmou.



Índios negociam com a secretária-executiva de Política Indigenista, Terezinha Gasparin, do Ministério da Justiça (Foto: Isaura Borba / G1)

Críticas no Senado

No Senado, parlamentares subiram à tribuna para comentar, em discursos, o agravamento da questão indígena nas últimas semanas, marcadas pela morte de um terena em Mato Grosso do Sul e por protestos de mundurukus em Brasília contra a instalação de hidrelétricas.

CONT.



Mesmo com posicionamentos opostos, senadores da criticaram a atuação do governo na mediação do conflito indígena no país. Roberto Requião (PMDB-PR) reclamou da falta de diálogo do governo com os índios e a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmou que a atenção dada aos indígenas não é concedida a produtores rurais.

Desde a semana passada, lideranças indígenas discutem com o governo em Brasília conflitos no Mato Grosso do Sul e no Pará. Grupos da etnia munduruku reclamam da construção de usinas hidrelétricas na Amazônia e querem ser ouvidos sobre o impacto dos empreendimentos. Já os terenas ocupam fazenda em área demarcada mas ainda não homologada. Em Sidrolândia (MS), um índio foi morto no último dia 4 durante ação da Polícia Federal de reintegração de posse.

Para Kátia Abreu, o governo tem beneficiado os índios desfavorecendo produtores rurais. No último dia 5, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) suspendeu a ordem de reintegração de posse na fazenda Buriti, ocupada pelos terenas em Sidrolândia. Na primeira instância, a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul já havia suspendido a reintegração de posse anteriormente.

"São dezenas de fazendas sem reintegração de posse, invadidas por índios dentro das suas casas, usurpando o direito das pessoas. E, ainda por cima, a AGU [Advocacia-Geral da União] e a própria Funai [Fundação Nacional do Índio] solicitam à Justiça Federal que suspenda a reintegração de posse", disse a senadora.

"Eu lhe imploro [ao ministro da Justiça] que, antes do dia 14, o senhor tome as providências, porque nós não vamos dar conta de segurar o movimento. As pessoas estão indignadas e revoltadas."

Já o senador Roberto Requião acusou o governo de não receber as lideranças. "Desde a redemocratização, este governo foi o único que não recebeu os índios [...]. Os representantes do agronegócio tornam-se figurinhas carimbadas dos eventos palacianos. Já os índios, mendigam ouvidos e corações abertos pelos corredores legislativos, pelos jardins da Esplanada dos Ministérios, expondo-se à indiferença, ao escárnio e ao preconceito", declarou.

Para o líder do PT no Senado, Wellinton Dias (PT), a questão indígena é complexa e exige cuidado. "É um tema que não é simples. Acho que o governo está dentro da lei e precisa tomar cuidado muito grande [...]. Defendo atendimento cuidando da população indígena", declarou o senador.

Na semana passada, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, recebeu índios mundukurus que chegaram a Brasília em dois aviões da Força Aérea Brasileira de Altamira, no Pará. Nesta quarta, o grupo ocupou a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), reivindicando nova reunião com o governo. Após reunião com os terenas no último dia 6, o governo se comprometeu a criar um fórum de discussão sobre a situação em Sidrolândia.



Índios em pé de guerra no Brasil

SÍTIO BOL, 11.06.2013

BRASÍLIA, 11 Jun 2013 (AFP) - Cento e cinquenta índios da Amazônia ocuparam esta terça-feira a Funai, em Brasília, como parte de uma escalada nos protestos dos povos nativos descontentes com o governo e um Parlamento dominado pelo lobby agrícola.

Com rosto e corpo adornados com pinturas tradicionais, e com penas, lanças, arcos e flechas, 150 indígenas das etnias Munduruku, Arara, Kaiapó e Xipaia se instalaram na sede da Funai.

Diante do olhar curioso dos brasilienses, um grupo menor de índios fez uma passeata pela capital para pedir a atenção do Executivo e do Legislativo.

Os indígenas chegaram a Brasília há uma semana para se reunir com o governo, após terem ocupado as obras da gigantesca hidrelétrica de Belo Monte, em construção em plena Amazônia. Mas a reunião não os convenceu.

"O governo faz decretos que passam por cima dos direitos sobre os nossos territórios, constrói hidrelétricas sem nos consultar, e o Congresso quer reformar a Constituição contra os nossos direitos", disse à AFP o líder indígena Valdenir Munduruku.

Os protestos de índios brasileiros ganharam força em abril, quando líderes de 121 etnias de todo o país invadiram o plenário da Câmara dos Deputados para exigir seus direitos e acusaram a presidente Dilma Rousseff de ser "anti-indígena" e de favorecer os agricultores de um país recordista em exportação de alimentos.

"Dilma é aliada de quem nos mata, rouba nossas terras e nos falta com respeito", disseram em um comunicado.

"A mobilização dos indígenas é uma reação ao ataque aos seus direitos: o governo freou os processos de reconhecimento de suas terras e direitos indígenas reconhecidos na Constituição estão em risco por iniciativas no Parlamento, dominado pelo lobby dos agricultores", disse à AFP o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cleber Buzatto.

Na última semana, o governo se viu em meio ao fogo cruzado de protestos que levaram quase 200 indígenas à capital federal.

Os Terena denunciaram a morte de um integrante de sua tribo em um confronto com a polícia em uma fazenda de agricultores do estado de Mato Grosso do Sul (centro-oeste), no âmbito de uma desocupação forçada da propriedade que os nativos exigiam como sua.

Já os Munduruku protestavam contra a construção de Belo Monte e de outro complexo hidrelétrico no rio Tapajós, no Pará, exigindo ser consultados sobre as obras.

CONT.



No ano passado, os Guarani-Kaiowá do centro-oeste do país chamaram a atenção do mundo ao resistir à desocupação de uma fazenda que dizem estar dentro de suas terras ancestrais.

Diante do aumento do conflito, a poderosa Confederação Nacional da Agricultura convocou para a sexta-feira um protesto dos produtores rurais nas ruas das cidades.

"Não estão respeitando os direitos dos produtores rurais", denunciou a presidente da entidade e senadora Katia Abreu.

No Brasil vivem 896.900 indígenas de 305 etnias.

As terras indígenas ocupam 12% do território, boa parte na Amazônia. Há, no entanto, muitas terras pendentes de reconhecimento em áreas povoadas e ocupadas por colonos para a agricultura.

"Chegamos a uma situação em que os conflitos estão aumentando, inclusive porque as novas áreas (reivindicadas) estão em regiões de maior concentração da população", justificou a ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Após várias ocupações de indígenas, as obras de Belo Monte voltaram à normalidade, informou o consórcio responsável, e os Munduruku tinham previsto deixar Brasília e voltar na quarta-feira a suas terras.

A situação dos Terena em Mato Grosso do Sul se mantém tensa, depois que a justiça adiou seu desalojamento e o governo se comprometeu a criar uma comissão para negociar com indígenas e fazendeiros, explicou o coordenador do CIMI no local, Flavio Machado

"Quase todos temos sangue índio correndo nas veias"

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 11.06.2013



Bom, considerando a minha origem Guaraní, deveria apoiar mais aos índios do que aos fazendeiros, mas não consigo aprovar nenhum tipo de injustiça, especialmente quando defendidas passionalmente e não racionalmente, o índio é sim vítima, sem dúvida, mas não é o produtor rural o seu algoz, este índio articulado na linha de frente de uma batalha campal é um mero instrumento usado por instituições/organismos com interesses escusos, poucos sabem quem são e o que realmente desejam estes organismos.

A quem interessa a desordem e o caos? Quem pode se beneficiar das incertezas políticas, sociais e possíveis quebras na produção de alimentos/comodities pelo agronegócio brasileiro? E o produtor rural, é mesmo o vilão malvado que expulsou os desprotegidos pelas vermelhas de suas terras? Sabemos as respostas para essas perguntas... houve um tempo, não muito distante, em que o produtor rural era aliado e o maior empregador da população indígena que prefere o trabalho como sua fonte de renda, aquele sujeito (branco ou índio) que vende sua alma por um benefício (?) social (cota/bolsa/cesta básica/esmola) abre mão do direito de crescimento, prostra-se diante da mão que o alimenta e por fim, definha. Ademais, ninguém quer confusão com vizinho, ainda mais se esse vizinho é facilmente manipulável ou doutrinado, atendendo à ofertas e promessas impossíveis de serem cumpridas, feitas por manipuladores irresponsáveis, já passou da hora do cidadão brasileiro indígena parar de aceitar espelinhos e tomar posse de sua cidadania, independente de etnia, afinal quase todos nós, até mesmo entre os fazendeiros, temos sangue índio correndo nas veias, ser cidadão brasileiro é lutar por igualdade e direitos, mas é também se sujeitar aos deveres, afinal de contas o índio tem até alguns atenuantes e mais órgãos atuando em sua defesa. O índio verdadeiro tem antes de tudo caráter e não quer derramar nem seu sangue nem o de outros em briga por terras. O Governo faz vista grossa, deixa que as partes se destruam, pois vai sobrar menos gente para atender e contentar. Recursos existem de sobra pra resolver essa guerra desnecessária onde todos perdemos, está faltando é decência e boa vontade por parte dos poderes constituídos, principalmente do poder executivo federal.

Os nefastos e irresponsáveis fomentadores de conflitos que pintam os incautos para a guerra, inflamam seu ânimo e os lançam na arena para degladiarem-se contra as forças policiais que são obrigados de ofício a cumprirem determinação judicial, deveriam ser responsabilizados e destes cobrados o sangue e prejuízo moral/financeiro de ambos os lados. Pobres pais de família, na maioria policiais militares de baixa patente, tomam tiros, pedradas e flechadas para defender o direito que não é seu e ainda sempre sobram, além dos ferimentos, as broncas e a difamação daqueles causadores do conflito, que normalmente assistem de longe e os chamam

CONT.



de paus mandados e/ou truculentos.

Confisco: Uma das palavras mais desagradáveis do vernáculo, se o cidadão tem uma arma irregular ela será apreendida e o proprietário processado por posse ilegal, mas se foi legalmente adquirida e o governo decidir, pode confiscá-la. Se o cidadão invade um terreno ele será despejado, porém se adquiriu este terreno de forma legal e pagou por ele e o governo decidir, pode confiscá-lo. Ou seja, só o cidadão de bem está sujeito a esta ação que desrespeita a Constituição Federal e o direito de propriedade. É a atitude inicial de governos antidemocráticos ou ditaduras.

Índios em pé de guerra no Brasil
SÍTIO EXAME.COM, 11.06.2013

"Dilma é aliada de quem nos mata, rouba nossas terras e nos falta com respeito", disseram os índios em um comunicado



Com rosto e corpo adornados com pinturas tradicionais, e com penas, lanças, arcos e flechas, 150 indígenas das etnias Munduruku, Arara, Kaiapó e Xipaia se instalaram na sede da Funai

Cento e cinquenta índios da Amazônia ocuparam esta terça-feira a Funai, em Brasília, como parte de uma escalada nos protestos dos povos nativos descontentes com o governo e um Parlamento dominado pelo lobby agrícola.

Com rosto e corpo adornados com pinturas tradicionais, e com penas, lanças, arcos e flechas, 150 indígenas das etnias Munduruku, Arara, Kaiapó e Xipaia se instalaram na sede da Funai.

Diante do olhar curioso dos brasilienses, um grupo menor de índios fez uma passeata pela capital para pedir a atenção do Executivo e do Legislativo.

Os indígenas chegaram a Brasília há uma semana para se reunir com o governo, após terem ocupado as obras da gigantesca hidrelétrica de Belo Monte, em construção em plena Amazônia. Mas a reunião não os convenceu.

"O governo faz decretos que passam por cima dos direitos sobre os nossos territórios, constrói hidrelétricas sem nos consultar, e o Congresso quer reformar a Constituição contra os nossos direitos", disse à AFP o líder indígena Valdenir Munduruku.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 100 / 2013

Brasília, 12 de junho de 2013.

Os protestos de índios brasileiros ganharam força em abril, quando líderes de 121 etnias de todo o país invadiram o plenário da Câmara dos Deputados para exigir seus direitos e acusaram a presidente Dilma Rousseff de ser "anti-indígena" e de favorecer os agricultores de um país recordista em exportação de alimentos.

"Dilma é aliada de quem nos mata, rouba nossas terras e nos falta com respeito", disseram em um comunicado.

CNBB e Cimi cobram diálogo do governo com índios e recusam reunião com Gleisi
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 11.06.2013

Índigenas ocupam desde ontem a sede da Funai cobrando diálogo com a presidenta Dilma e a suspensão da construção de hidrelétricas no rio Tapajós

São Paulo – A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) não participarão da reunião marcada para esta tarde com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. A pauta do encontro previa discutir o impasse entre governo e os povos indígena, principalmente da etnia mundurucu, que são contrários à construção de hidrelétricas no rio Tapajós, no Pará.

“Não nos negamos a conversar, mas a condição é que o governo converse e dê encaminhamento para as demandas dos povos indígenas que estão em Brasília”, afirma o



Índigenas ocupa desde ontem a sede da Funai para cobrar diálogo da presidenta Dilma e a suspensão dos processos de construção de hidrelétricas no rio Tapajós

secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto. “Não tem sentido a CNBB e o Cimi conversarem com a ministra se o governo não sinaliza que vai conversar com os povos indígenas. O governo tem que conversar com eles e resolver a situação deles.”

Um grupo de 145 índios das etnias mundurucu, xipaia, arara e caiapó ocupa desde ontem (10) a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, em protesto contra a falta de diálogo com o governo federal. Na tarde desta terça, segundo Buzatto, os índios estão realizando protestos na Esplanada dos Ministérios.

A principal reivindicação dos manifestantes é a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – aceita pelo país em 2004 –, seja regulamentado. O governo federal garante que a regulamentação já está sendo feita pelo grupo de trabalho interministerial criado em janeiro de 2012 para avaliar e apresentar proposta de regulamentação dos mecanismos de consulta prévia.

“Os indígenas reivindicam que o governo respeite sua posição contrária a essas obras. Temos uma situação de impasse, uma vez que o governo não tem admitido a possibilidade de rever a decisão de construir as hidrelétricas e os indígenas não aceitam”, explica Buzatto. “O próprio presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Mauricio Tolmasquim, afirmou

CONT.



recentemente que não se pode construir hidrelétricas a ferro e a fogo. Esperamos que o governo tome decisão de suspender processos relativos à construção de hidrelétricas no Tapajós.”

Insatisfação

Os manifestantes foram recebidos pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e representantes de órgãos do governo federal na terça-feira passada, mas deixaram a reunião insatisfeitos com as respostas do governo. Eles decidiram permanecer em Brasília e tentar se reunir com a presidenta Dilma Rousseff e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, abrindo mão de retornar ao Pará na manhã seguinte (5), em dois aviões da FAB.

Um segundo encontro com Carvalho ainda chegou a ser agendado para a manhã de ontem (10), mas não ocorreu porque, segundo o Cimi, o ministro se recusou a receber os índios. De acordo com a Secretaria-Geral, entretanto, a reunião não ocorreu porque os líderes do grupo insistiram para que Carvalho recebesse todos os 144 índios, em vez de apenas dez representantes, conforme combinado previamente. A assessoria da Secretaria-Geral diz também que, embora tenham sido avisados de que o ministro só teria uma hora para se reunir com o grupo, os índios chegaram 50 minutos atrasados para o encontro.

Com informações da Agência Brasil



Governo brasileiro diz que respeitará direitos dos índios mas "sem abrir mão" da construção de grandes obras
SÍTIO ÁFRICA 21, 11.06.2013

Governo respeitará direitos indígenas sem abrir mão de grandes empreendimentos, diz ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Brasília - O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse, terça-feira (11), que o governo federal se mantém disposto a dialogar com os povos indígenas, consultando-os sobre iniciativas e empreendimentos que os afetem, mas sem abrir mão das obras consideradas essenciais ao desenvolvimento do país, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

"Não vamos abrir mão da negociação e do princípio de que o governo quer fazer todos os empreendimentos respeitando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [OIT]", disse Carvalho, se referindo à convenção internacional da qual o Brasil é signatário. Entre outras coisas, a convenção estabelece que os povos indígenas e os que são regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes e tradições ou por legislação especial, devem ser consultados sempre que medidas legislativas ou administrativas afetarem seus interesses.

"A consulta deve levar em conta, com seriedade, as propostas, as preocupações e a preservação de direitos dessas nações [indígenas]. Faremos isso", declarou o ministro. "Cumpriremos rigorosamente as regras da convenção, insistindo teimosamente no diálogo. Se não houver diálogo, a responsabilidade não será do governo, mas sim de quem se negar a fazer isso. O governo persistirá em não usar violência e a buscar uma solução de consenso", ressaltou.

Carvalho disse que o processo vem suscitando muita confusão entre posições ideológicas e fatos que deverão ser esclarecidos ao longo das negociações com os índios. "Nossa expectativa é que, na medida em que avançarmos no processo de discussão, joguemos luz sobre as sombras, tirando todo o tipo de ideologização do processo para chegarmos a um diálogo real [que permita] o aproveitamento das propostas indígenas e de realização dos empreendimentos hidrelétricos de maneira humanizada, respeitando os direitos indígenas ao mesmo tempo que respeitando o grande interesse da maioria da população, que é de termos energia elétrica para continuarmos crescendo", disse.

Há meses, índios (principalmente da etnia Munduruku) exigem a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que o processo de consulta aos povos tradicionais seja regulamentado. O governo federal garante que a regulamentação já está sendo feita pelo grupo de trabalho interministerial criado em janeiro de 2012 para avaliar e apresentar proposta de aplicação dos mecanismos de consulta prévia.

Mesmo assim, cerca de 150 mundurukus que, no último mês, ocuparam por duas vezes o

CONT.



principal canteiro de obras de Belo Monte, viajaram a Brasília (DF) na semana passada a fim de se reunir com Carvalho e outros representantes do governo federal. Os índios pediram que as obras sejam interrompidas. Insatisfeitos com o resultado da reunião da terça-feira (4) passada, eles decidiram permanecer na capital federal para tentar ser recebidos pela presidente Dilma Rousseff. Desde ontem (10), os mundurucus ocupam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Embora diga considerar "natural esse tipo de tensão" e defenda a importância de "saber respeitar as culturas e as reações", Carvalho adiantou que, caso os índios não desocupem o prédio da Funai, o governo recorrerá à Justiça.

"Cabe a nós dialogar para que eles deixem o prédio. Caso não o deixem, cabe a nós entrar com um pedido de reintegração de posse. Quando se está no governo é preciso zelar pela legalidade e pela institucionalidade", declarou o ministro, adiantando que, desde a noite de ontem, representantes da Funai estão negociando com os índios a desocupação. E que já foi inclusive acertado o retorno dos índios para o Pará, quarta-feira (12). "Vamos sempre nesta linha, sempre apostando que o bom-senso e o diálogo prevaleça e que consigamos, mais uma vez, uma saída negociada".

Fazendeiros querem R\$ 1 bilhão para entregar terras aos índios no Estado

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 11.06.2013



Fazendeiros das áreas ocupadas por indígenas em todo o Mato Grosso do Sul estipularam o preço de R\$ 1 bilhão pelo pagamento dos 72 mil hectares que, segundo eles, correspondem à área total das 65 fazendas ocupadas por terenas, guaranis e índios de outras etnias no estado.

Ao comentar o assunto, o presidente da Acrissul, (Associação dos Criadores do MS), Francisco Maia, afirmou que um estudo que lista todas as fazendas em questão, junto com a proposta de venda, já está nas mãos do governo federal desde 2010.

Segundo Maia, a proposta nasceu de uma solicitação do ex-presidente Lula, para que o governo federal equacionasse, de vez, os conflitos de terra no MS. Na proposta, aparecem identificadas, individualmente, uma a uma das fazendas, sua extensão, a área ocupada por índios e os nomes com assinatura dos fazendeiros que aceitaram deixar as áreas, desde que indenizados. Áreas em conflito, como a fazenda Buriti, constam da relação.

“Os índios concordam com isso, os produtores desejam isso, a classe política inteira do MS defende isso, então o governo federal já está começando a admitir, junto com os juristas e a AGU (Advocacia Geral da União), essa possibilidade”, afirma Chico Maia.

O presidente da Acrissul afirma que está aguardando uma nova rodada de negociações de produtores com o governo federal, mas acredita que a entrada do Congresso nas decisões sobre o conflito, e de mais órgãos federais na avaliação das áreas passíveis de demarcação, além da Funai, poderão mudar o cenário. Mas adverte, gravemente:

“Se o direito à propriedade não for respeitado, e se os índios continuarem nesse propósito de queimar o que tem pela frente, certamente vai ter o contra fogo”, declarou Maia.

“Tem fazendas dentro desse mapa pretendido pela Funai que eles não invadiram porque eles viram que ia ter resistência. Eles chegaram na Furnas da Estrela e seguraram. Eu acredito na pacificação, mas se os índios continuaram com essa visão doutrinária de ganhar na marra, pode ter certeza que a situação vai se complicar para o lado deles também”.

Conflito armado

No próximo dia 20 se esgota o prazo dado pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, aos índios terenas e fazendeiros na região de Sidrolândia para o início das negociações.

CONT.



Haroldo Correa Junior, um dos proprietários da fazenda Furnas da Estrela, não invadida, e que se situa dentro da área de 17 mil ha pretendida pelos índios, em entrevista ao canal Rural BR não deixou dúvidas sobre a intenção dos fazendeiros locais, caso não haja acordo. "Se for possível, nós vamos fazer a retomada dessas áreas porque tem gado sendo lesado, gado de origem registrada. Não vamos deixar por conta, vamos entrar nas áreas invadidas para proteger o gado e esperar que a justiça haja. Nós não podemos deixar invadir. E das áreas que estão invadidas, nós vamos pegar de volta. Os companheiros estão aqui para pegar de volta. Eles estão suplicando para nós pegar de volta."

Os terenas, por sua vez, já demonstraram o descontentamento com a reunião ministerial com 40 lideranças do último dia 5. Os líderes se comprometeram a não fazer novas ocupações, mas avisam que elas vão recomeçar depois do prazo, por falta de proposta concreta.

"Resolver a questão só dependia de uma autorização do ministro para concluir as demarcações e ele ficou com medo de cumprir a lei ou faltou boa vontade. Demos 15 dias para que o Governo Federal apresentasse algo de concreto, senão vamos continuar o processo de ocupação", disse o líder Terena, Lindomar Terena ao Midiamax.

"Entregamos uma lista para eles de terras que não tem impedimentos judiciais para prosseguir com a demarcação e o ministro nos disse que neste momento devem-se evitar novos conflitos, mas nós vamos lutar", afirmou Lindomar.

Os terenas querem as terras das fazendas Furnas da Estrela e São Sebastião, onde o terena Joziel Gabriel foi baleado e pode ficar paraplégico. Em poder dos terenas estão as fazendas Buriti, Santa Clara, Água Doce, São José, Querência, 3R, Flórida, Lindóia e Bom Jesus.

Enquanto o impasse continuar, 110 homens da Força Nacional patrulham a região.
Por: Midiamax

A nova cruzada contra os índios
SÍTIO OUTRAS MÍDIAS, 11.06.2013



Lideranças indígenas fincam cruzes na Esplanada dos Ministérios em maio, em protesto contra a onda de violência de que são vítimas

Conflitos recentes revelam: poder econômico e mídia uniram-se para desqualificar direitos indígenas e esconder violência contra eles. Governo apoia manipulação, ou omite-se diante dela

Por Felipe Milanez, em Carta Capital

A crise da questão indígena nas últimas semanas ganhou ares dramáticos. Conflitos antigos estão pipocando por todas as partes do Brasil, do Sul à Amazônia. Seja onde se constrói Belo Monte, seja na futura usina São Luiz do Tapajós, seja em fazendas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, no Paraná, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, no Pará, na Bahia, ou madeireiros em Rondônia e no sul do Amazonas.

De repente todo o campo ganhou ares de fronteira, de velho oeste.

Protestos de indígenas são seguidos por pistolagem, e a polícia agindo para “dispersar” convulsões sociais – agora os ruralistas também estão pedindo o exército.

E as tristes mortes de Oziel Terena e Adenilson Kirixi Munduruku, com pífia resposta das autoridades que produziram essas mortes, a Polícia Federal, são apenas a parte mais exposta e visível desse grave problema que o governo tem mostrado não apenas incapacidade de resolver, mas uma capacidade de insuflar ainda mais, como têm sido as declarações dos ministros Gleisi Hoffman (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça), atacando a Funai e defendendo a PF, e o silêncio público da presidenta Dilma Rousseff.

CONT.



Uma das razões pelas quais os conflitos se agravaram não é porque eles não existiam, mas porque agora os indígenas, e os aliados dos povos indígenas, decidiram responder e se manifestar. Contra eles, capitaneados pela bancada ruralista no Congresso e no governo federal, a violência explodiu. Tanto no campo, com mortes e repressão física, quanto na imprensa, com ataques racistas pela mídia e a inversão da lógica de quem é vítima.

As vítimas se tornam os agressores. "Índios invadem fazendas", aparece no noticiário. Mas não são as fazendas que invadiram estes mesmos territórios indígenas em conflitos?

No caso da Terra Indígena Buriti, onde ocorreu o conflito entre fazendeiros e Polícia Federal contra os indígenas, a resposta é clara, e está judicializada em dois tipos de ação.

Em uma das ações na Justiça, os fazendeiros, entre eles do ex-deputado estadual do PSDB Ricardo Bacha (que se considera "ambulante" na sua ficha), discute a portaria declaratória. Nela, o desembargador Luiz Stefanini, que votou contra os índios, teve suspeição alegada pela Funai, e negada pelo próprio tribunal.

A razão é que sua mulher é credora da Funai em outro conflito com indígenas Terena no estado, e seu sogro era uma liderança da associação de classe dos fazendeiros, a Famasul.

A suspeição foi negada com a alegação de que "ainda que o falecido sogro do excepto tenha sido filiado à aludida federação, nem por isso seria caso de acolher-se a exceção, simplesmente porque da premissa estabelecida pela excipiente não resulta a conclusão exposta" (sic), e que a Funai é que deve a esposa do desembargador, logo: "Ora, qual seria o interesse do juiz em julgar a causa em detrimento de sua devedora? Absolutamente nenhum!", decidiu o desembargador Nelton dos Santos.

Agressão desmedida da PF

A outra ação decorrente desse mesmo conflito é a reintegração de posse que visa tirar os indígenas das áreas reocupadas dentro do limite declarado, com base no argumento de que a decisão do Tribunal Federal diz que não é terra indígena — e que por isso, os indígenas não podem ficar lá. Acontece que, no momento que a decisão liminar que determinou a expulsão dos índios foi expedida, ocasionando a morte de Oziel, o que prevalecia era a área declarada pelo Ministro da Justiça em 2009 como Terra Indígena Buriti, com 17.200 hectares. A agressão desmedida da Polícia Federal apenas reforça o argumento de que as vítimas desse processo de expropriação, os índios, se tornaram vítimas da justiça e do governo. E os agressores viram falsas vítimas, passando a controlar o acesso às instituições em seu benefício.

No caso das demarcações, o governo tem agido em movimentos coordenados pela elite rural anti-indígena, como foi a ida da ministra Gleisi Hoffmann ao Congresso. Nos últimos dias, os piores momentos da ditadura estão sendo lembrados, tanto por declarações do governo, capitaneadas pela ministra da Casa Civil — que vê a Embrapa, especializada em pesquisa agropecuária, como o órgão mais apto a pesquisas antropológicas — quanto por cartas de intelectuais e movimentos sociais denunciando essa violência.

CONT.



Exemplo dessas manifestações é uma carta, assinada entre outros pelo jurista Dalmo Dallari, endereçada à presidenta Dilma Rousseff sobre a “desqualificação da Funai”:

“A decisão da Casa Civil da Presidência da República apresentada aos representantes do agronegócio e parlamentares do Mato Grosso do Sul, em reunião na semana passada em Brasília, de que a Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ‘avaliarão e darão contribuições’ aos estudos antropológicos realizados pela FUNAI, repete a ação do último governo militar ao instituir o famigerado ‘grupão’ do MIRAD, capitaneado pelo general Venturini, para ‘disciplinar’ a FUNAI e ‘avaliar’ as demandas indígenas.

Quando os donos do poder mobilizam as forças armadas para atacar os mais vulneráveis, uma situação de terrorismo de Estado está em curso. É o que acontece hoje no Brasil com relação aos índios.

Utilizar as forças de repressão para atacar indígenas foi medida utilizada no passado, durante a ditadura, contra os ava-canoeiro, em Goiás, os waimiri-atroari, no Amazonas, os panara, no Mato Grosso, ou mesmo os kaingang, em São Paulo, logo antes do surgimento do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910. Alguns desses crimes apareceram no relatório Figueiredo, que ficou desaparecido por 45 anos. Mas o relatório é anterior aos piores tempos da ditadura. E precisaria ser escrito um novo relatório sobre o que está acontecendo, hoje, em diferentes os cantos do país.

Se os ruralistas dão entrevistas, escrevem artigos, e aparecem por todos os lados sempre disponíveis, os índios ainda não têm chance de se expressar. A eles têm restado as redes sociais, pelas quais podem manifestar suas indignações. Expor, por exemplo, a crueldade de uma jornalista da TV Globo que invadiu um funeral para entregar uma intimação judicial a índios terenas durante o enterro de Oziel Terena. O que mais tem circulado nas redes sociais são manifestos que não encontram eco na mesma mídia que ataca os índios – mas que encontra meios de se fazer circular e provocar o debate.

As críticas se dirigem aos ruralistas, e junto deles, Gleisi e Dilma: “Como essa senhora consegue dormir sabendo que a parte mais desprotegida do povo brasileiro, os povos indígenas, está sendo assassinada a bala pela Polícia Federal em suas aldeias, as crianças indígenas são assassinadas por jagunços do agronegócio em suas terras invadidas por supostos fazendeiros?” perguntou no facebook o indigenista da Funai, Cláudio Romero, que trabalha há quase quatro décadas na fundação.

Kátia Abreu e Dilma

Durante o julgamento do caso da Raposa Serra do Sol, havia sido exposto que o juiz Carlos Alberto Menezes Direito poderia ter servido ao lobby de fazendeiros do sul do país para decidir contrariamente aos indígenas em Roraima. Para garantir a demarcação no Norte, Direito tentou legislar para impedir que os direitos de outros fossem garantidos. Tentou escolher na cara de quem a porta da Justiça iria se fechar.

CONT.



Passou a soar unísono entre ruralistas, governo e imprensa que as “regras não são claras” na Funai, como se todos fossem comentaristas de futebol tentando encontrar um “a regra é clara”.

Alegavam que a Funai não conseguia fazer uma “intermediação” com fazendeiros, e mais uma série de argumentos retóricos reproduzindo uma falsa vitimização da casa grande, cada vez mais poderosa com o avanço tecnológico na agricultura e a sede por commodities da China, e criminalizando quem está no pelourinho.

A desconstrução dos direitos indígenas segue a destruição dos direitos do meio ambiente, com o fim do Código Florestal e a sua substituição por um “novo” codex, a regular menos as florestas e mais as lavouras produtoras de commodities em grande escala.

O governo, em alguns momentos, tenta se colocar como “refém” dos poderosos ruralistas. Esse segmento, que construiu uma aliança com a bancada evangélica, saiu da “oposição” e veio para a “base aliada”, sobretudo durante a campanha de Dilma.

E para ter uma chamada “governabilidade”, o governo se aliou a esses setores. Até “ideologicamente”, como tem repetido a senadora Kátia Abreu ao dizer que suas idéias são as mesmas de Dilma.

Essa aliança, além de tragédia no campo, tem também acirrado disputas internas no governo, entre esta ala reacionária e os setores mais progressistas, como os que defendem os indígenas e quilombolas, na Funai e INCRA, e o meio ambiente no Ibama.

Quando Dilma convocou uma reunião para decidir o futuro dos índios em meio à atual crise, não convidou representantes dos povos indígenas, e nem mesmo a Funai.

Dilma teria declarado querer que o índio tenha “autonomia econômica”, algo que ressoa declarações da época da ditadura, como quando os militares tentaram impor aos xavantes o cultivo de arroz, que se revelou um desastre econômico e social, ou impôs aos kayapó a extração predatória de madeira. Nas declarações que sucederam a reunião, não se falou de algo mais fundamental: a garantia dos direitos dos povos indígenas. Nem sequer apareceram termos como “etnodesenvolvimento” nas falas.

Esse movimento anti-indígena cada vez mais ganha áreas de uma “guerra justa”.

Os índios são selvagenizados, desculturalizados, desterritorializados, desumanizados. Devem abrir caminho para a soja, a cana, o boi, e a energia hidrelétrica, sem opor resistência.

Caso contrário, toda violência contra eles é justificada e respaldada pelo Estado. Contra o índio, é tolerado partir para cima. Como nas “guerras justas” nos tempos da colonização utilizadas como justificativa para a escravização dos índios – escravização que ainda é o provável destino dos índios nas lavouras de cana no Mato Grosso do Sul, como acontecia no Brasil colônia.



O índio e o descendente de índio

SÍTIO UBAWEB, 11.06.2013

Dirceu Cardoso Gonçalves

Quando se pergunta a um cidadão norte-americano o que foi feito dos índios do seu país, ele diz, sem nenhum constrangimento, que “se aculturaram e viraram cidadãos brancos”. Se o interlocutor argumenta com os massacres vistos nos filmes, diz tratar-se de “pura ficção de Hollywood”. Verdade ou não, é o que corre de boca em boca naquele país. E tem sua lógica, pois o índio, quando se acultura, por vontade própria ou por circunstâncias, faz a opção de viver a vida de branco, embora não seja obrigado e nem deva esquecer suas origens.

Se formos verificar quem são os índios que hoje lutam por terras e promovem confronto com o governo e as instituições, acabaremos concluindo que não são índios na integridade do termo. São descendentes de índios, aculturados pelo governo, religiosos, assediadores políticos, garimpeiros, madeireiros, invasores de terras, caçadores, traficantes e até por guerrilheiros, que os afastaram de sua cultura original e não tiveram condições ou interesse de integrá-los efetivamente à vida da sociedade branca. O resultado é esse indivíduo confuso, dependente, dotado da idéia de ser grande credor da sociedade e portador do sonho de montar grandes “nações indígenas” dentro do território nacional. Ele não vive mais no seu estado natural - da caça, pesca ou extração - e possui aparelhos eletrônicos, veículos, armas de fogo e hábitos do branco, mas exige terra.

Desde que o Estado Brasileiro tomou a bandeira de proteção ao índio, não conseguiu satisfazê-lo. Antes o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), criado em 1910, e depois a sucessora do SPI, Funai (Fundação Nacional do Índio), de 1967, sempre foram odiados por consideráveis parcelas dos silvícolas, sempre insatisfeitos com o que os órgãos e o governo lhes proporcionam. Existem, ao longo desse século, trabalhos que notabilizaram seus autores, podem ter atendido e até protegido aldeias e nações índias, mas não sensibilizaram o próprio índio, como indivíduo ou grupo social.

Agora marchamos para um momento crucial. Os índios – ou seus descendentes – resolveram enfrentar o governo e a sociedade. Invadem propriedades particulares e obras governamentais, ateam fogo, depredam, desobedecem ordens judiciais e se travestem de autoridades. O governo e suas autoridades têm o dever de encontrar uma solução. Não podem ocorrer intrigas palacianas como a de dias atrás, quando um ministro criticou o outro, por cumprir ordem judicial, e depois foi se explicar. Há uma tarefa a cumprir e não precisa ser, necessariamente, com o uso da força; melhor que não seja. Mas tem de ser cumprida, sob pena dos descendentes de índios, em vez de somar com a sociedade branca e nela viver, tornarem-se seus algozes e fatores de desequilíbrio social, até institucional. É preciso assimilar verdadeiramente o índio aculturado, dando-lhe as mesmas condições de vida oferecida ao cidadão comum.

Os governos – federal, estaduais e municipais -, a justiça e a sociedade, pelos seus diferentes órgãos e instituições, têm o dever legal de garantir a propriedade, punir os que transgridem o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 100 / 2013

Brasília, 12 de junho de 2013.

ordenamento jurídico e proporcionar ao cidadão comum o ambiente salubre para viver, produzir e manter sua família. Os índios rebelados, os movimentos sociais exacerbados e os criminosos comuns que atacam, roubam, seqüestram e estupram, precisam ser contidos urgentemente. Eles colocam em risco até a própria democracia, pois não é esta a democracia que sonhamos...

Nota do Editor: Dirceu Cardoso Gonçalves é tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dirigente da ASPOMIL (Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo).



Índios contemporâneos

SÍTIO O ESTADO DE SÃO PAULO, 11.06.2013

A Constituição brasileira deixa claro: pertencem aos índios "as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las". Princípio que nenhuma pessoa civilizada contesta. De onde surgiu, então, esta confusão que anda assustando a sociedade?

É simples explicar: ocorre que certos grupos indígenas estão, com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), reivindicando áreas de terra que, há tempos, deixaram de ocupar. Colonizados pelos produtores rurais, tais espaços agrários ajudaram a edificar a nação brasileira. Em alguns casos, a exploração agropecuária ultrapassa 90 anos, com imóveis registrados no cartório de imóveis. Posse legítima, zero de terra devoluta.

Situada em Mato Grosso do Sul, assim se configura a Fazenda Buriti, palco do infeliz conflito que matou o terena Oziel Gabriel. Mantida desde 1927 pela família Bacha, suas cercanias foram invadidas para forçar a conclusão do processo demarcatório, visando a transformá-la em reserva indígena. O tiroteio ocorreu em meio ao cumprimento do mandado de reintegração de posse, ato judicial contra o qual os indígenas resistiram com violência. Tragédia anunciada.

Em todo o sudoeste de Mato Grosso do Sul existem, há tempos, dezenas de propriedades rurais ameaçadas por essa inusitada categoria de sem-terras com penachos coloridos. O miolo da encrenca afeta 3 milhões de hectares, exatamente o mesmo tamanho da área cultivada no Estado, onde labutam 100 mil famílias rurais. O exagero da "causa indígena" assombra o bom senso.

O acirramento dos ânimos resulta da demora do governo federal em resolver a questão. As reservas indígenas já existentes no território sul-mato-grossense somam 613 mil hectares, abrigando 31 mil remanescentes das tribos originais. Alguns defendem ser necessário aumentar esse domínio. Inexistem, porém, áreas disponíveis, exceto aquelas dedicadas historicamente aos cultivos de soja, milho e algodão, ou à pecuária, de excelente nível. Há proprietários que aceitariam, se indenizados, entregar parte das terras, mas o governo sempre afirmou ser impossível pagar. Entregar de graça ninguém topa.

Enquanto nada se decidia, o caldo da encrenca engrossava e se contaminava ideologicamente. Os indígenas invasores de terras se articulam com vários movimentos, todos próximos da chamada Via Campesina, uma organização de natureza anticapitalista, que propõe uma espécie de regresso às origens comunitárias da civilização. Gostam de desafiar autoridades, desprezam o regime democrático, bancam os salvadores messiânicos da pureza humana. No fundo, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) que comanda essa jornada, alia do, no caso, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a outras entidades que dizem representar os "povos excluídos".

Tal conexão, com ramificações internacionais, destinada a "libertar os oprimidos", se espalhou pelo Brasil, fazendo do "ruralista" sua vítima. Em Mato Grosso, entre várias pendengas,
CONT.



existe uma suposta tribo remanescente no Pantanal que deseja o mundo na região do Pirigalo. No Rio Grande do Sul, remanescentes caingangues querem tomar 22 mil hectares de colonos gaúchos próximos de Passo Fundo. No Paraná, invasões se verificam em Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Mercedes, Santa Helena e Francisco Alves. Os invasores, conforme denunciou o senador Álvaro Dias (PSDB) na tribuna do Senado, não falam português, mas, sim, guarani e castelhano. Em Santa Catarina, o drama de milhares de agricultores ameaçados de perder suas terras na região de Chapecó e Palhoça foi relatado e documentado pelo senador Luiz Henrique (PMDB).

No Pará, fabricaram-se índios boraris na região de Santarém, mirando 80 mil hectares dentro da Gleba Nova Olinda. Na Bahia, afora aqueles malucos que invadiram um resort, e depois saíram envergonhados, outras etnias desconhecidas esbulham terrenos rurais ocupados há 80 anos em Ilhéus, Borá e Buerarema. Para não falar da história de Paulo Apurinã, o falso índio amazonense, um barrigudo velhaco que posava de líder junto das autoridades. Ponta do iceberg?

Nenhum desses conflitos envolve disputa por floresta virgem. Todos, pelo contrário, recaem sobre terras produtivas, sob a alegação de que seriam, no passado, indígenas. No limite, o raciocínio permite englobar também as praias cariocas, a Avenida Paulista, a Esplanada dos Ministérios, recantos alhures, pois, afinal, tudo pertencia aos índios até o descobrimento. Como, e a partir de quando, se comprova a "ocupação tradicional" das terras pelos remanescentes indígenas?

Aqui está o xis da questão. A legislação exige laudos antropológicos, a cargo da Funai. O procedimento, correto em tese, tem-se desvirtuado ao se utilizar de argumentos suspeitos, pouco científicos, para apontar "Vestígios" recentes de ocupação indígena onde era imemorial seu sumiço. Referindo-se a uma querela em Mato Preto, no norte gaúcho, o procurador do Estado, Rodinei Candeia, denunciou o respectivo laudo antropológico como "uma fraude absoluta". Essa desconfiança sobre a veracidade dos laudos antropológicos levou o governo Dilma a propor que outros órgãos, como a Embrapa e o Incra, também opinassem sobre a matéria. Aprova dos nove, necessária, irritou os indigenistas.

Percebe-se que os atuais conflitos indígenas não decorrem de nenhuma guerra de extermínio, ataque à floresta ou prepotência ruralista. Nada disso. Os índios contemporâneos não querem, exceto talvez os da Amazônia, caçar com arco e flecha. Desejam terras para cultivar, pastorear rebanhos, ganhar dinheiro. Estão certos.

Errado é continuar tratando índios remanescentes como "almas puras", inimputáveis perante a lei da sociedade humana. Isso precisa mudar.

É um erro continuar tratando remanescentes indígenas como "almas puras" e inimputáveis.

Mais de 98% das terras indígenas ficam na Amazônia Legal

SÍTIO PORTAL PCH, 11.06.2013



O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energias, Márcio Zimmermann, afirmou nesta segunda-feira (10/06), que a implantação de usinas hidrelétricas em terras indígenas enfrenta obstáculos por desconhecimento dos índios. “No Brasil você não pode implementar usina hoje dentro de terra indígena, porque não está regulamentado o artigo 231. Então nenhuma hidrelétrica que está sendo feita está dentro de terra indígena. A partir do momento em que você equacione o equilíbrio e que haja entendimento, tenho certeza que os índios podem virar parceiros”, avaliou o secretário.

Para Márcio Zimmermann, a implantação de hidrelétrica é o foco principal por ser a forma de geração de energia que dá melhor resultado. Todavia, ele afirma que a falta de conhecimento do povo indígena tem dificultado o desenvolvimento e citou os avanços de outro país nessa área. “No Canadá tem terra indígena e tem implantação de hidrelétrica. Eu digo que a evolução futura pode ocorrer como ocorre no Canadá, que a pedido dos índios foram instaladas hidrelétricas. Eu sou otimista que o Brasil vai evoluir para isso, até pelos benefícios que trazem”, ressaltou.

Zimmermann acrescentou que a implantação de usinas na região amazônica tem um histórico positivo. “As usinas estão sendo implementadas dentro de conceitos que minimizam os impactos. Nós estamos conseguindo fazer Teles Pires, Belo Monte, Santo Antonio e muitas outras que seriam inimagináveis”, afirmou.



Governo e quilombolas discutem Convenção 169 da OIT em Minas Gerais

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 11.06.2013

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Fundação Cultural Palmares e do Instituto de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) promove nesta terça, quarta e quinta-feira (11 a 13/06), a Reunião Informativa e Consultiva com Quilombolas representantes dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A atividade acontece no município de Montes Claros, Minas Gerais.

A reunião tem como objetivo informar sobre o andamento do processo de regulamentação pelo governo brasileiro da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais. O encontro envolve comunidades quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, e inclui discussões acerca das principais normativas nacionais e internacionais dos direitos do segmento.

SOBRE A CONVENÇÃO 169 DA OIT

Em 2002, o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT, o único instrumento jurídico internacional de caráter vinculante a tratar especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. A Convenção havia sido adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989. No Brasil, ela entrou em vigor em 25 de julho de 2003.

Entre outras obrigações, os países signatários da Convenção 169 se comprometem a consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados, quando sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo a efetiva participação dos povos indígenas e tribais na tomada de decisões.

Em 2007, consolidando posicionamentos de vanguarda no cenário internacional, o Brasil foi um dos 143 países a assinarem a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Considerado um dos marcos na construção do direito internacional dos direitos humanos, o documento é fruto de longo processo de negociação iniciado em 1985, que contou com ativa participação dos povos indígenas e da sociedade civil. Em 2007, através do Decreto 6.040, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

"Dada a complexidade do processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT, as atividades do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que foi criado em 2012 para esse fim não serão desenvolvidas sem a participação de diversos outros atores", declarou Bárbara de Oliveira Souza, diretora de Programas da Secomt/SEPPIR. De acordo com a gestora, essa necessidade de cooperação entre representantes governamentais e não governamentais levou o Governo Federal a elaborar um esboço de agenda metodológica para as atividades em 2012 e 2013, que inclui a agenda desta semana em Minas Gerais.

CONT.



Programação

11/06 – a partir das 14h - Recepção dos quilombolas e convidados

12/06 – Primeiro Dia

9h - Solenidade de abertura

10h - Mesa de contextualização: Convenção 169 da OIT e a garantia de direitos

10h40 - Intervalo

10h50 - Debate

11h30 - Formação dos GTs / Discussão nos GTs

12h30 - Almoço

14h - GTs / Discussão nos GTs

15h - Plenária

16h - Intervalo

16h10 - Direito à consulta prévia e ao processo de regulamentação

18h - Encerramento

13/06 – Segundo Dia

9h - Formação dos GT

10h30 - Intervalo

10h45 - Plenária: apresentação das relatorias

11h30 - Encerramento e avaliação

Com informações da Ascom/Seppir